



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACIG
FACULDADE DE MEDICINA

**ANÁLISE DO PLANEJAMENTO FAMILIAR ENTRE OS ESTUDANTES
UNIVERSITÁRIOS**

Fernanda Alves Luz

Manhuaçu
2019



FERNANDA ALVES LUZ

**ANÁLISE DO PLANEJAMENTO FAMILIAR ENTRE OS ESTUDANTES
UNIVERSITÁRIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado no Centro Universitário
UNIFACIG, como requisito parcial à
obtenção do título de Médica.

Área de conhecimento: Obstetrícia e
Medicina de Família e Comunidade.

Orientador: Gabriela Chaves Mendes
Justino.

Coorientador: Rúdo de Paiva Ferreira.

Banca Examinadora:

Emanuele Gama Dutra Costa

Gabriela Chaves Mendes Justino

Rúdo de Paiva Ferreira

Saulo Jorge Souza Parreira

Aprovado em: / /

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, por ter me dado saúde, força e sabedoria para chegar aqui. Aos meus pais, que nos bastidores dessa conquista lutam todo dia para meu sucesso, se sacrificando para fazer do meu sonho uma realidade, me dando amor e apoio incondicional e me incentivando mesmo antes dessa trajetória iniciar.

Sou muito grata aos meus avós, os quais sempre estiveram presentes e são donos de toda a minha admiração e amor. Agradeço a esta instituição, aos professores, administração e direção que contribuíram para minha realização.

Agradeço com muito carinho ao professor Ríudo de Paiva Ferreira pela orientação e confiança. À minha orientadora Gabriela Chaves Mendes Justino pelo empenho em me auxiliar e pelo interesse em me ajudar, em meio às dificuldades que enfrentei para realizar este trabalho.

Obrigada ao meu namorado, que nunca mediu esforços para me apoiar, sempre presente me mostrando que sou capaz. Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos, principalmente, Bruna Aurich Kunzendorff, Bruna Moreira Nicoli e Karina Gomes Martins. A amizade de vocês tornou todo o percurso até aqui único e inesquecível.

Agradeço a todas as pessoas que se dispuseram a responder ao questionário para a elaboração deste trabalho, em especial minha amiga Fernanda Caldeira Ferraz Batista, pelo suporte e contribuição para minha pesquisa. Todos vocês foram primordiais para a conclusão deste trabalho. Muito obrigada!

ANÁLISE DO PLANEJAMENTO FAMILIAR ENTRE OS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

**Fernanda Alves Luz¹, Rúdo de Paiva Ferreira², Gabriela Chaves Mendes
Justino³**

¹ Graduanda em Medicina, Centro Universitário UNIFACIG, nandaalvesluz@gmail.com

² Doutor em Biologia celular Estrutural, Universidade Federal de Viçosa, riudopaiva@gmail.com

³ Mestre em Ciências da Reabilitação, Centro Universitário de Caratinga UNEC,
gabjustino@hotmail.com

Resumo: A presente pesquisa teve como objetivo investigar e compreender o planejamento familiar entre os estudantes de ensino superior. Trata-se de um estudo transversal com uma amostra de 128 alunos, no qual foi realizado por meio de um questionário online. Verificou-se que a maioria dos estudantes se encontram na faixa etária entre 20 e 25 anos, são solteiros e não possuem filhos. A consciência e a prática do planejamento familiar são presentes entre os entrevistados, porém, em relação a medidas contraceptivas, um número significativo (21,9%) relatou não fazerem uso de algum método. Além disso, a ausência de tempo para conciliar estudos e família, dificuldades financeiras e a difícil administração das obrigações tanto do curso quanto dos filhos foram selecionados como os principais desafios enfrentados pelos discentes. Concluiu-se que a maioria dos jovens tem como prioridade a formação acadêmica, que os estudantes com filhos enfrentam mais dificuldades que os demais e que são necessárias medidas de educação reprodutiva e sexual para os universitários em questão.

Palavras-chave: Planejamento familiar. Anticoncepção. Estudantes. Família. Graduação.

1. INTRODUÇÃO

O planejamento familiar é um conjunto de ações e medidas que permitem que o casal, e cada um deles individualmente, decida se terá ou não filhos, quantos terão e em qual momento da vida irão construir uma família. Esta organização tem importância tanto para os pais quanto para os futuros filhos, já que, geralmente, se condiciona e se apoia em condições básicas e estáveis para a chegada de uma criança, assim como no preparo dos pais para recebê-la, tanto psicologicamente quanto financeiramente (MOTA, 2015).

A questão do planejamento reprodutivo e familiar é pertencente à sociedade moderna, uma vez que implica na compreensão da necessidade do preparo dos pais para a ocorrência de uma gravidez, no caso, desejada (SANCHES; SILVA, 2016). Além disso, é definido por Santos e Freitas (2011), como um processo histórico estabelecido principalmente devido a aplicação dos métodos contraceptivos, com importância no cenário de prevenção primária à saúde.

Considerando que a sexualidade está implícita na juventude, o planejamento sexual e familiar é uma realidade presente no dia a dia do jovem e é por meio dos métodos anticoncepcionais que isso se torna possível. A educação sexual neste contexto propicia aos que não desejam ter filhos, a possibilidade de manter uma vida sexual ativa (SANCHES; SILVA, 2016).

A política de atenção reprodutiva tem a mulher como alvo principal, sendo colocado nelas a responsabilidade do controle da natalidade (CARVALHO, 2018). Dessa forma, por maior que existam estratégias para aumentar a inclusão da figura masculina no planejamento reprodutivo, a participação do homem é insuficiente, visto que na maioria das vezes, recai sobre a mulher o uso de métodos contraceptivos, deixando o homem imparcial no controle direto da reprodução (CARVALHO, 2018).

Existem muitos trabalhos que expõem e discutem a presença cada vez mais frequente de jovens em universidades e também sobre a gravidez precoce e na adolescência (OLIVEIRA e LANZA, 2018; SCHMITT et. al., 2018; SPOSITO, SOUZA e SILVA, 2018; SILVA e ABREU, 2018). Entretanto, há uma carência de estudos sobre se estes jovens, já instituídos em um ensino superior, realizam o planejamento familiar e o que os motiva, além da falta de pesquisas sobre as objeções que os pais universitários apresentam em conciliar estudos e família (VIEIRA, 2018).

Segundo um estudo realizado por Barros (2010), o jovem considera que a extensão do ensino à nível superior representa conquistar independência e autonomia em relação à sua família, ou seja, a ascensão social e financeira é vinculada ao diploma de graduação em um curso superior. Durante a fase universitária, os jovens experimentam a transição entre etapas diferentes da vida. Grande parte ocorre concomitante a saída de casa para fins acadêmicos, paralelamente ao processo de profissionalização e início da sexualidade (BARROS, 2010).

Há alguns fatores que influenciam e interferem na sexualidade e reprodução dos jovens, como classe social mais favorecida, educação e nível de escolaridade elevado. Os jovens que possuem mais renda dispõem de mais oportunidades que vão além da paternidade e, dessa forma, tendem a postergar o início da vida reprodutiva, além de possuírem mais acesso aos meios de contracepção (VILLELA e DORETO, 2006; PIROTTA e CIBELLE, 2008).

A educação e a escolaridade têm forte ligação com o hábito dos jovens optarem por adiar a maternidade/paternidade, além da preferência destes por constituírem famílias menores e também pelo uso de métodos contraceptivos, uma vez que a negligência em utilizar tais medidas pode repercutir em uma gravidez não desejada (PIROTTA; CIBELLE, 2008).

A gravidez indesejada deve ser encarada não apenas como um mal a ser evitado, mas também como uma tentativa de compreender o contexto em que ocorre, para que a partir disso, seja possível tentar garantir o planejamento familiar e as condições adequadas para a decisão do momento em que desejam ter filhos (FIGUEIREDO, 2007).

A gravidez, tanto para mulheres quanto para homens jovens é relacionada a uma desqualificação social e profissional, uma vez que a sociedade em geral interpreta esse fato como uma perda de oportunidades em relação a escolarização e trabalho. Porém, não são todos os jovens que interrompem e abandonam os estudos frente à uma gestação indesejada (VILLELA; DORETO, 2006).

Apesar do aumento da frequência do uso do preservativo entre os jovens, há falhas em relação ao uso consistente, principalmente quando se trata de relações sexuais eventuais e não programadas. Por se tratar de um problema de saúde pública, a gravidez indesejada e as infecções sexualmente transmissíveis (IST) constituem uma situação na qual o processo educacional ocupa importante papel a fim de

combater a falta de informação e minimizar os danos (SOUZA; BONA; GALATO, 2007).

De acordo com dados do Ministério da Saúde, no Brasil, aproximadamente quatro milhões de jovens tornam-se sexualmente ativos todos os anos. Além disso, estima-se que dentre todos os casos de AIDS no país, 70% correspondem a faixa etária entre 20 e 39 anos. Este crescimento da AIDS entre os jovens sugere a não utilização de preservativo por grande parte deles (RIBEIRO; SILVA; SALDANHA, 2011). Além disso, dados do boletim epidemiológico do Ministério da Saúde do Brasil em 2007 informaram que o número de jovens entre 13 e 24 anos portadores de alguma Infecção Sexualmente Transmissível era de 54.964 (ARAÚJO et. al., 2012).

Souza, Bona e Galato (2007), estimam em seu trabalho que mais de 25% dos novos casos de HIV ocorrem em pessoas com idade inferior a 22 anos e cerca de 25% de todas as infecções sexualmente transmissíveis são diagnosticadas em jovens com menos de 25 anos de idade. Entretanto, este número pode ser ainda maior, visto que cerca de 70% dos jovens buscam tratamento sem a utilização de algum setor do sistema de saúde, e isso repercute na não notificação destes casos.

Mesmo considerando que no meio acadêmico há maior acesso às informações sobre sexualidade humana e as possíveis consequências de práticas sexuais inseguras, o estudo do perfil sexual dos universitários é relevante, já que os mesmos se encontram em uma fase de mudanças e transições no âmbito social e sexual (JÚNIOR et. al., 2007).

O principal enfoque deste estudo se baseia na vida dos acadêmicos e em suas prioridades em relação a planejar uma família e carreira. A partir disso, foram abordados separadamente, a parcela dos estudantes com filhos e sem filhos e as medidas anticonceptivas utilizadas pelo grupo.

A justificativa deste trabalho surgiu, junto com o interesse em estudar o tema, da observação das dificuldades nas quais os alunos com filhos enfrentam no ambiente universitário e sobre o desejo de ter conhecimento se os estudantes da instituição realizam o planejamento familiar e quais são os objetivos principais em relação a esse planejamento.

O objetivo do estudo é identificar a existência do planejamento familiar entre os universitários participantes assim como o uso de métodos contraceptivos, além de distinguir a realidade acadêmica de quem tem filhos e de quem não tem e descrever

os desafios que os (as) estudantes universitários (as) com filhos enfrentam para conseguirem concluir o curso.

2. METODOLOGIA

Foi realizado um estudo transversal através de um instrumento de verificação do planejamento familiar elaborado com base em evidências da literatura e disponibilizado online pela plataforma Google Forms, que avaliou os entrevistados de forma generalizada (sexo, idade, estado civil, raça, curso) e os redirecionou a perguntas específicas em dois blocos, um para os entrevistados que não tem filhos e outro para os entrevistados que já tem filhos.

Caso o estudante não possuísse filhos, a próxima etapa era responder se planejava ter filhos e quando planejava. Entretanto, se o (a) entrevistado (a) tivesse filhos, era redirecionado a questionamentos sobre quantos filhos possuía, se foram ou não planejados, se recebe ajuda do parceiro (a) e quais são os maiores desafios para conciliar a vida acadêmica com uma família.

Por último, todos responderam sobre quais métodos contraceptivos fazem uso, e por meio de qual orientação os utilizam. Além disso, os entrevistados estavam cientes da utilização dos dados e da preservação de sua identidade. Segue o link do questionário: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScx2nHARDnGWAgm80LrGcJrL74xzbq8-IJrA76b-S-bLScomA/viewform?usp=sf_link.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

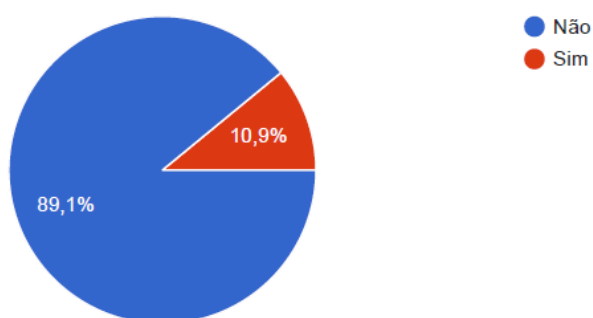
Foram respondidos 128 questionários pelos estudantes do UNIFACIG e a Tabela 1 os divide quanto ao curso, sexo, estado civil, raça e faixa etária. Grande parte dos estudantes entrevistados são jovens (entre 20 e 25 anos) e cerca de 89,1% dos discentes não possuem filhos e 10,9% tem filhos (Figura 1).

Em relação a raça/etnia, podemos observar que a maioria encontrada são brancos (64,8%) e apenas 5,5% são negros. Essa relação permanece em consonância, mesmo que realizada 19 anos posteriormente, com o trabalho de Marques (apud Petrucelli, 2004, p. 52), no qual teve como base o senso demográfico brasileiro de 2000, em que 78,8% dos estudantes de ensino superior no geral eram brancos e 2,4% negros.

Tabela 1 – Divisão dos entrevistados quanto ao Curso, Sexo, Estado civil, Raça e Faixa etária

Variáveis	Entrevistados (n=128)	Frequência (%)
Curso		
Medicina	95	74,22%
Direito	1	0,78%
Odontologia	13	10,16%
Psicologia	1	0,78%
Enfermagem	8	6,25%
Sem resposta	10	7,81%
Sexo		
Feminino	92	71,88%
Masculino	36	28,13%
Estado civil		
Solteiro	114	89,06%
Casado	10	7,81%
União estável	3	2,34%
Outro	1	0,78%
Etnia		
Branca	83	64,84%
Negra	7	5,47%
Parda	38	29,69%
Indígena	-	
Faixa etária		
< 20	14	10,94%
20-25	85	66,41%
26-30	18	14,06%
>30	11	8,59%

Figura 1 – Frequência dos acadêmicos que possuem filhos e que não possuem (%)



Dentre os entrevistados, apenas 14 estudantes possuem filhos e destes, 85,7% não foram planejados. Esta consideração nos permite discutir qual é a prioridade predominante entre os jovens universitários. A partir dos dados obtidos, sugere-se que os jovens brasileiros atualmente estão priorizando a formação acadêmica em detrimento da construção de uma família, o que demonstra interesse em estabilidade profissional e financeira antes da consolidação de um núcleo familiar (PIROTTA e SCHOR, 2004; PIROTTA e CIBELLE, 2008; ALMEIDA et al., 2015; CERIBELI e SILVA, 2017; CUNHA e VASCONCELOS, 2016; FERREIRA et al., 2018).

Os universitários, assim como proposto por Almeida et al. (2015), possuem uma visão diferente a respeito do planejamento familiar. Para a maioria, a vida profissional ocupa o primeiro lugar, ao passo que neste mesmo período as relações vão ocorrendo, fazendo necessário medidas para que não haja mudança nos planos profissionais (PIROTTA; SCHOR, 2004).

Em relação ao estado civil dos participantes do estudo, verificou-se que 89,1% são solteiros. Essa informação, juntamente com o fato de priorizarem a graduação, demonstra que a presença de um (a) parceiro (a) se mostra fundamental para que os jovens planejem a concepção de filhos. De acordo com Sanches e Silva (2016), o casamento demarca novos papéis a serem assumidos, juntamente ao início de um núcleo familiar e a transição concluída para a vida adulta. Por mais que atualmente seja possível dissociar o casamento da parentalidade, ele permanece implícito, para alguns, como meio favorável a consolidação e formação familiar com descendentes do casal (SANCHES; SILVA, 2016).

Portanto, para fins didáticos e visando abordar com mais detalhes os dados obtidos, os resultados deste estudo foram separados em subgrupos e analisados separadamente. Foi considerado os acadêmicos sem filhos e os com filhos de maneira individual, além de priorizar as características e conclusões sobre cada um dos subgrupos. A última parte da discussão do trabalho destinou-se a abordagem em relação aos métodos contraceptivos utilizados pelos entrevistados.

3.1 ACADÊMICOS SEM FILHOS

De acordo com o questionário em questão, 89,1% não possuem filhos (Figura 1) e a maior parte deles planeja construir uma família no período compreendido entre 1 e 5 anos após se formarem (Figura 2). Isso implica no fato que um emprego estável, assim como uma situação financeira estabelecida e a participação de um (a) parceiro

(a) presente são elementos fundamentais antes de assumirem a maternidade e a paternidade. Entre os discentes entrevistados, apenas 1 dos 128 respondeu pretender ter filhos durante a faculdade.

Assim como o fato de que os estudantes do UNIFACIG pretendem ter filhos alguns anos após concluírem a graduação, no estudo realizado por Pirotta e Cibelle (2008), no qual foram entrevistados 952 estudantes da Universidade de São Paulo (USP) com idade entre 17 e 24 anos, foi verificado o desejo dos alunos de adiar o nascimento do primeiro filho (cerca de 10 anos posteriormente) e a prioridade de se formarem e ingressarem no mercado de trabalho a fim de alcançarem independência econômica e social.

Dentre os entrevistados 71,9% são do sexo feminino, ocupando uma parcela muito significativa na análise deste trabalho. Dessa forma, o pensamento no qual os jovens têm como primeiro objetivo a formação acadêmica, é possível na atualidade devido, principalmente, a mudança da visão no papel da mulher perante a sociedade e do direito do planejamento familiar.

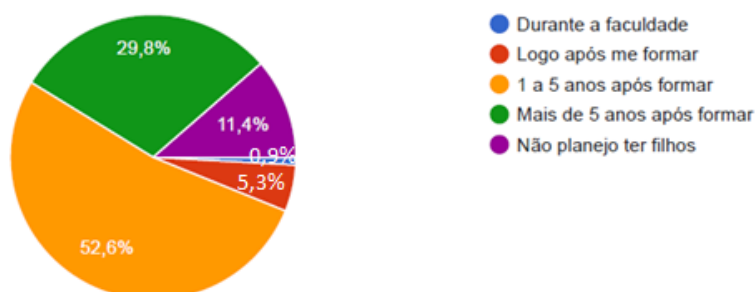
De acordo com Leone e Teixeira (2010), a inserção feminina no mercado trabalhista se intensificou a partir da década de 70 e desde então, mesmo com as dificuldades enfrentadas em relação a igualdade e reconhecimento, houve uma mudança em relação às organizações e estruturas familiares.

Junto com o controle da sexualidade e fecundidade feminina (por meio de pílulas anticoncepcionais) acompanhado da participação no mercado de trabalho, as prioridades das mulheres e as convicções sociais impostas a elas se modificaram (CUNHA; VASCONCELOS, 2016). Podemos observar a expressiva quantidade de mulheres no âmbito de ensino superior, o que demonstra ativo interesse e representatividade na participação econômica mundial (RICOLDI; ARTES, 2016). Com isso, a concepção de filhos, agora subordinada ao controle da mulher sobre seu corpo e sobre sua fertilidade, deixou de assumir o papel principal na vida feminina, sendo este ocupado pelo sucesso e ascensão social por meio da graduação e do trabalho (CUNHA; VASCONCELOS, 2016). As mulheres contemporâneas possuem a liberdade de escolha do momento mais oportuno para a concepção de um filho e devido às maiores oportunidades profissionais, adiam ao máximo uma gravidez (FERREIRA et al., 2018).

A busca pela estabilidade e independência financeira é um fator importante que leva ao adiamento da maternidade, já que a ocorrência no mesmo período afeta a

carreira profissional e gera os conflitos provenientes de realizar ambos (CERIBELI; SILVA, 2017).

Figura 2 – Período em que os acadêmicos sem filhos planejam ter filhos



3.2 ACADÊMICOS COM FILHOS

Pela análise do questionário, entre os 14 estudantes que tem filhos, 12 não planejaram a gravidez (Figura 3). Mais de 2/3 dos acadêmicos com filhos desta pesquisa responderam que possuem apenas 1 filho, restando 2 estudantes que tem 2 filhos e apenas 1 com 3 filhos ou mais (Figura 4).

A questão do elevado número de gestações não esperadas, assim como nesse estudo, foi observada por Evangelista, Barbieri e Silva (2015) em sua pesquisa, na qual foi feita na cidade de Montes Claros- MG com 394 mulheres jovens grávidas. Os resultados evidenciaram que 58,9% dessas gestações não foram planejadas. Na conclusão do estudo, os autores estimaram que 80% das mulheres do mundo têm uma gestação não desejada e que destas, 60% interrompem a gravidez, impactando assim na morbimortalidade dessas mulheres e em um problema de saúde pública.

Em um estudo realizado por Pirotta e Schor (2004), no qual foram entrevistados 952 estudantes em graduação na faixa etária entre 17 a 24 anos em uma Universidade Estadual em São Paulo, foi constatado elevado nível de conhecimento por parte dos jovens perante aos métodos contraceptivos, além do amplo uso de alguma medida anticoncepcional (96%). Somando-se a isso, os universitários referiram o desejo de terem como prioridade a graduação em detrimento do nascimento do primeiro filho, projetando em média para 10 anos posteriormente. Entretanto, apesar de baixa, foi observada uma taxa de fecundidade no grupo entrevistado com a presença de 27 estudantes com filhos, além de 3 mulheres que estavam grávidas durante a pesquisa. A maioria deles afirmaram que enfrentam diversas dificuldades na conciliação da

família com a faculdade e que o não uso ou o uso inadequado e errôneo dos métodos contraceptivos levaram à gravidez (PIROTTA; SCHOR, 2004).

Em uma outra pesquisa, realizada por Júnior et.al., (2007) na universidade federal do Ceará com amostra composta por 303 alunos, entre 17 e 29 anos, de cursos relacionados à área da saúde, foram encontradas 18 gestações no momento da pesquisa e 16 acadêmicos que já possuíam um filho ou mais. Além disso, a maioria dos estudantes que tinham filhos relataram ser solteiros e que a gestação não foi planejada. Observa-se nestes três trabalhos (PIROTTA e SCHOR, 2004; JÚNIOR et.al., 2007; BARBIERI e SILVA, 2015) que as gravidezes indesejadas são predominantes tanto em outros Centros de Ensino Superior (em diferentes cidades e regiões do país), quanto no UNIFACIG.

Em relação ao auxílio do parceiro/parceira, os universitários entrevistados neste trabalho, ao serem questionados sobre a ajuda do pai/mãe do seu filho (a), afirmaram que 85,7% recebem ajuda e 14,3% não (Figura 5). Em se tratando das mulheres, elas muitas vezes acabam por não receber ajuda e colaboração do parceiro, visto que é colocado sobre elas toda a responsabilidade do cuidado com os filhos (FIORIN; PATIAS; DIAS, 2011). Isso ocorre de forma mais evidente em situações na qual o filho tenha sido concebido na ausência de uma relação conjugal existente ou estável com o parceiro. Tal situação acaba por sobrecarregar mais a mulher e atrapalhar o seu desenvolvimento acadêmico, sendo o apoio do parceiro primordial, em meio a tantas dificuldades e mudanças, para que a situação seja vivida com mais facilidade (VIEIRA; SOUZA, 2018). Dessa forma, de acordo com o estudo de Lima (2017), pessoas do sexo feminino com filhos desistem mais do curso que as do sexo masculino.

Quando uma mulher se torna mãe, suas prioridades se modificam. A necessidade materna de estar presente ao lado do filho, quando coincide com o período de graduação, entra em conflito com o tempo que a faculdade requer para dedicação aos estudos, tornando na maioria das vezes uma tarefa difícil de se administrar. Além disso, a questão emocional influencia muito a vida dessas mães e sentimentos como tristeza, culpa e estresse são bem presentes (LIMA, 2017).

Em relação aos maiores desafios para conciliar a maternidade/paternidade com a educação, no que se refere a formação acadêmica, foi disponibilizado no questionário um espaço no qual os universitários tiveram a autonomia de escrever com suas palavras o que consideravam mais relevantes, não limitando a quantidade

de problemas que desejassem relatar. Devido a isso, as somas das porcentagens ultrapassam 100%, uma vez que alguns discentes relataram múltiplos e coincidentes problemas. Os desafios mais frequentemente relatados foram em relação a administração do tempo entre estudos e filhos (85,7%), situação financeira (7,1%), distância de casa (14,2%) e atender aos imprevistos tanto do curso quanto da família (21,4%). De acordo com Vieira e Souza (2018), tudo isso contribui para a exaustão e uma graduação mais cansativa, com interferência na qualidade de ensino.

Além das obrigações que uma família requer, acadêmicos que possuem filhos se sentem sobrecarregados uma vez que a universidade exige dos alunos diversas atividades além de aulas teóricas. Há também a cobrança sobre trabalhos, artigos, provas, seminários, pesquisas, estágios, resenhas e atividades extracurriculares que ocupam tempo e necessitam de dedicação. Somando-se a isso, encontra-se as eventualidades dos filhos (doença e trabalhos escolares por exemplo) além de situações como a falta da babá e compromisso dos avós que cuidam das crianças, que acabam por conturbar ainda mais a difícil conciliação entre filhos e estudos.

A falta de tempo foi uma das reclamações mais frequentes dentre os entrevistados e essa preocupação recai sobre os dois aspectos, uma vez que os acadêmicos relatam que além de não terem tempo para estudar e nem qualidade de estudo, não tem tempo para dedicarem a seus filhos.

As pessoas que estudam e tem filhos apresentam uma rotina desgastante. Muitas vezes, necessitam deixá-los sobre o cuidado de instituições como creches, ou de babás e funcionários domésticos. Quando a criança entra na idade escolar, o problema se modifica, consistindo no fato de que o horário de levar e buscar o filho até a escola coincide muitas vezes com o das aulas. Isso acaba por gerar atrasos, faltas e prejuízo acadêmico, além de espera da criança pelos pais na instituição em que está (LIMA, 2017).

Outro fator agravante e relatado pelos entrevistados do UNIFACIG, é a situação financeira. Além da mensalidade onerosa do curso, há os gastos que uma criança gera e todo o custo de vida familiar. A grande maioria dos acadêmicos questionados cursam Medicina (74,2%) e, devido a elevada carga horária integral do curso, não trabalham e assim, não possuem nenhuma renda própria.

O desejo em continuar os estudos quando se tem filhos, principalmente em relação a mulher, é visto com maus olhos perante uma parcela da sociedade.

Abandonar os sonhos e planos é aceitável, mas tentar administrar o tempo entre estudos e família é extremamente julgado (SOUSA et al., 2017).

Essa pesquisa foi realizada com acadêmicos em graduação, ou seja, 100% deles, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, mantêm persistência nos estudos. O fato de se tratar de uma instituição privada também acaba por contribuir para essa permanência na graduação. Entretanto, essa situação não remete a realidade da maioria dos universitários que tem filhos em geral, uma vez que em grande parte dos casos ocorre o abandono dos estudos (PIROTTA; SCHOR, 2004). Porém, o fato que é alegado pelos estudantes desse trabalho é que, além de terem como meta a realização pessoal de um sonho e um objetivo de vida, a continuação do curso tem como finalidade proporcionar melhores condições e um futuro com mais possibilidades para seus filhos, mesmo que se sintam em desvantagem e prejudicados diante dos outros alunos que, na maioria das vezes, tem a faculdade como principal compromisso.

Dessa forma, assim como Sousa et al. (2017) conclui em seu trabalho que o desejo de realização pessoal e ascensão profissional é superado pela chance de melhorar as condições a seus filhos, 100% dos acadêmicos desta pesquisa também relataram possuir esse mesmo pensamento. Essa motivação faz com que esses pais enfrentem os obstáculos e dificuldades diárias.

Figura 3 – Planejamento do (s) filho (s) pelos acadêmicos (%)

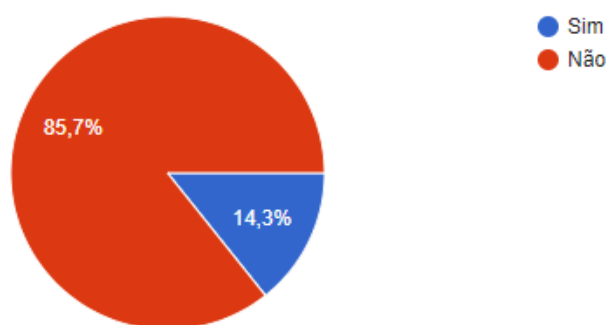


Figura 4 – Quantidade de filhos que os acadêmicos possuem (%)

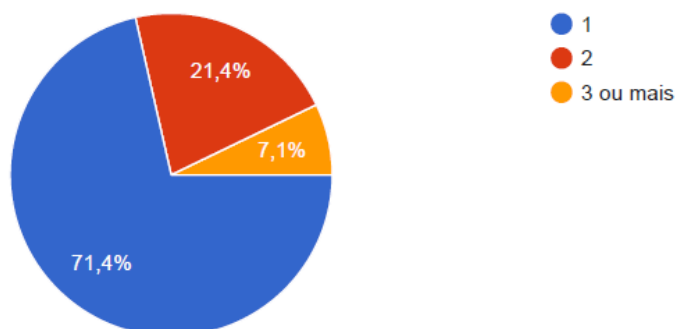
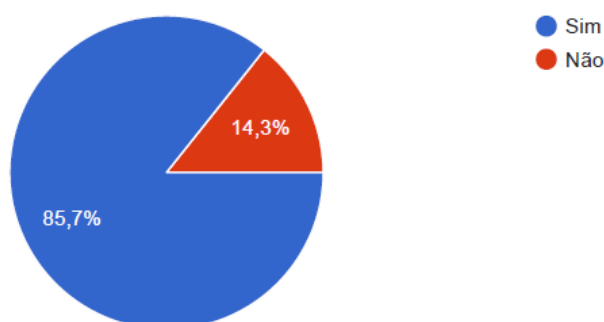


Figura 5 – Ajuda do (a) parceiro (a) em relação ao filho (%)



3.3 MÉTODOS CONTRACEPTIVOS UTILIZADOS

Em relação ao uso de métodos contraceptivos, foi disponibilizado opções para que os alunos selecionassem, podendo escolher mais de um tipo caso utilizasse e devido a isso a somatória das porcentagens ultrapassaram 100%. Dentre as respostas, considerando todos os entrevistados (N=128), 50,8% utilizam pílula anticoncepcional, 39,1% preservativo, 3,1% tabelinha, 1,6% DIU, 3,9% fazem uso de outros métodos e 21,9% não fazem uso de nenhum (Figura 6). As orientações para o uso de tais métodos foram em 61,4% por meio de indicação médica (Figura 7).

Em relação aos discentes sem filhos, a Tabela 2 os divide quanto ao sexo e o tipo de método utilizado. O uso de anticoncepcional e/ou preservativo prevalecem, em relação aos demais métodos, em ambos os sexos. Além disso, o índice de jovens que não fazem uso de nenhum meio de contracepção é elevado, sendo de 20,4% entre as mulheres e 25,8% nos homens. A porcentagem total dos sem filhos que não utilizam nenhum método é de 21,9%. Essa interpretação, ao ser analisada juntamente com o fato de que a maioria dos jovens sem filhos pretendem conceber uma família entre 1 a 5 anos após se formarem, demonstra que há a possibilidade de deficiência de

informações sobre sexualidade e medidas preventivas contra a gravidez entre os alunos da instituição analisada.

O risco de gravidez indesejada, somado às infecções sexualmente transmissíveis faz dos jovens um grupo vulnerável em se tratando de saúde sexual e reprodutiva (REIS; MATOS, 2007). De acordo com Figueiredo e Neto (2005), deve-se considerar que os jovens mantêm relações sexuais com frequência e que estes desenvolvem primeiro a noção contraceptiva e em sequência a consciência sobre patologias relacionadas a atividade sexual.

A juventude apresenta um comportamento dinâmico e próprio em relação ao uso de medidas preventivas sexuais, de acordo com o tipo de relacionamento que vive, ou seja, agem de maneira diferente quando têm relações esporádicas, estáveis ou inesperadas (ALMEIDA et al., 2015).

Assim como nos resultados da pesquisa vigente, o trabalho de Reis e Matos (2007) teve como conclusão que grande parcela dos jovens não faz uso de nenhum método ou os utilizam de forma errônea. Além disso, associam o uso de álcool e drogas com comportamentos sexuais de risco, tanto reprodutivo quanto patológico.

É de extrema importância que seja difundida entre os jovens informações acerca dos métodos existentes, da maneira correta do uso, eficácia e vantagens e desvantagens de cada um, para que desta forma, possam realizar a livre escolha do método que julgar o mais adequado para sua realidade (REIS; MATOS, 2007).

Em divergência com os resultados encontrados nesta pesquisa, nos quais há uma elevada porcentagens de estudantes que não fazem uso de algum método contraceptivo, o estudo realizado por Araújo et. al. (2012), por meio de coleta de dados com 334 jovens universitários, teve como resultado, em relação ao uso de preservativos, que 95,3 % dos alunos informaram utilizar algum método em todas as relações. O mais utilizado foi o preservativo (58,1%). Em relação a motivação para o uso, a maioria não usava como proteção às IST's, mas sim para evitarem uma gravidez indesejada. Entretanto, alguns entrevistados relataram que há uma preocupação de se prevenir tanto contra as IST's quanto a uma gravidez.

Na presente investigação, verifica-se que os universitários possuem conhecimento acerca dos métodos contraceptivos e, portanto, a causa do elevado número de alunos que não fazem uso de nenhum deles não pode ser atribuída apenas a falta de conhecimento e informação, uma vez que a maioria são área da saúde. A confiança excessiva em invulnerabilidade, a prática esporádica das relações, os mitos

e tabus relacionados à sexualidade, promiscuidade, auto indicação de métodos e insegurança perante ao parceiro/parceira podem ser também fatores contribuintes para tal situação (ALVES; BRANDÃO, 2009).

A conscientização sobre a vulnerabilidade a doenças e a uma gravidez indesejada, faz-se necessária, uma vez que os jovens tendem a negligenciar problemas por considerarem que não irão afeta-los (RIBEIRO; SILVA; SALDANHA, 2011). Isso demonstra uma situação preocupante e motiva a elaboração de um trabalho futuro sobre o motivo real, a fim de complementarem as evidências aqui apresentadas.

Figura 6 – Frequência dos métodos contraceptivos utilizados pelos acadêmicos (%)

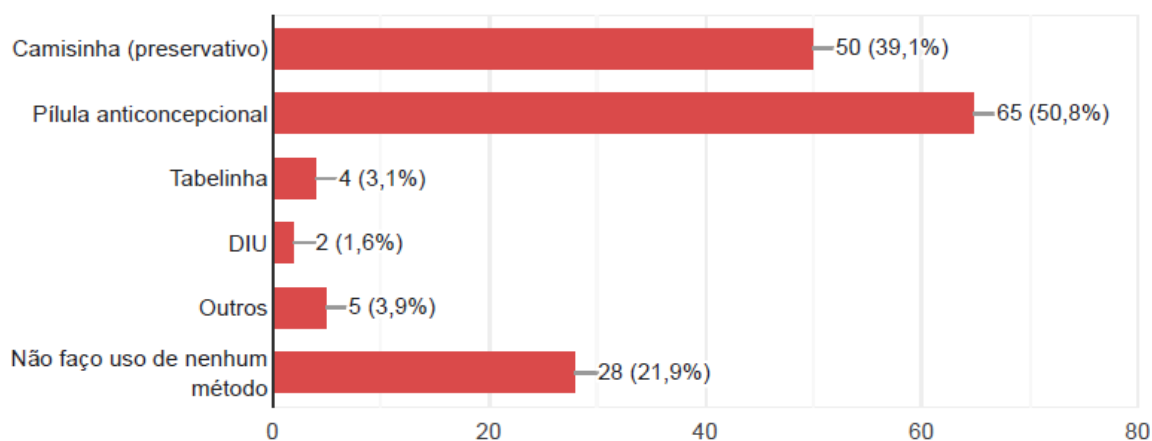


Figura 7 – Frequência da indicação dos métodos contraceptivos recebidas pelos acadêmicos (%)

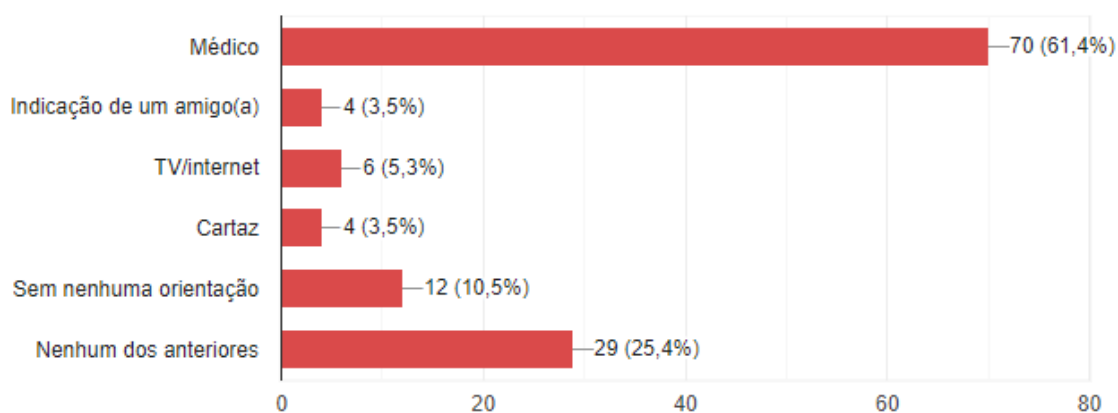


Tabela 2 – Formas anticonceptivas utilizadas pelos entrevistados sem filhos

Método	Mulheres	Homens
Camisinha (preservativo)	6	15
Pílula anticoncepcional	34	6
Tabelinha	-	-
Camisinha + pílula	19	-
Camisinha+pílula+tabelinha	2	-
Camisinha + tabelinha	1	1
DIU	1	1
Outros métodos	3	-
Nenhum método	17	8

3.CONCLUSÃO

Pelos resultados obtidos, foi possível constatar que a maioria dos estudantes optou por postergar a maternidade/paternidade em função do objetivo de concluir o ensino superior e adquirir estabilidade profissional e financeira. Entretanto, a existência de uma parcela de acadêmicos que conciliam filhos e faculdade é real e merece destaque. Os pais/mães avaliados (as) demonstraram que apesar de terem mais responsabilidade que os demais e obrigação com seus filhos, persistem na universidade com o propósito de proporcionar melhores condições a sua família.

Outra observação importante é sobre os métodos contraceptivos utilizados pelos entrevistados. Constatou-se que, no caso dos que não possuem filhos e nem pretendem no momento, a porcentagem de quem não utiliza nenhum método é bem significativa. O mesmo foi observado no caso dos que tem filhos. Portanto, o que chama atenção é o fato de que grande parte dos alunos não estão utilizando os métodos para evitar uma gravidez, o que entra em conflito com a intenção deles de terem filhos após se formarem, uma vez que sem a utilização de medidas anticonceptivas, ficam mais vulneráveis à uma gestação não planejada. Desta forma, a implantação de educação sexual e reprodutiva pelo motivo citado e pela possibilidade de contraírem infecções sexualmente transmissíveis é urgentemente necessária.

Embora o tema abordado possua grande relevância, entende-se que, apesar de possuir algumas limitações como o tamanho da amostra, esta pesquisa poderá servir de referência e estímulo para outros trabalhos na área de planejamento familiar e reprodutivo relacionado a jovens universitários. A partir disso, medidas como a elaboração de políticas com foco em amenizar e auxiliar os acadêmicos com filhos

para que estes tenham mais facilidade de concluir sua graduação, por exemplo, podem ser instituídas nos centros universitários, além de ações que visem aumentar o uso de contracepção.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. B. et al. Avaliação do Uso de Anticoncepcionais de Emergência entre Estudantes Universitários. **Revista brasileira de educação e saúde**, v. 5, n.3, p. 49-55, 2015.

ALVES, C. A.; BRANDÃO, E. R. Vulnerabilidades no uso de métodos contraceptivos entre adolescentes e jovens: interseções entre políticas públicas e atenção à saúde. **Ciência saúde coletiva**, v. 14, n.2, p. 661-670, 2009.

ARAÚJO, D. S. et al. Práticas de sexo seguro e prevenção de DST/AIDS: conhecimento de jovens recém-ingressos em uma instituição de ensino superior. **Revista de Enfermagem da UFPI**, v. 1, n. 1, p. 56-63, 2012.

BARROS, M. M. L. Trajetórias de jovens adultos: ciclo de vida e mobilidade social. **Horizontes antropológicos**, v. 16, n. 34, p. 71-92, 2010.

CARVALHO, M. C. M. P. et al. Presença masculina no planejamento familiar: experiências e propostas de intervenções. **Revista enfermagem atual**, v. 85, n. 23, p. 102-107, 2018.

CERIBELI, H. B.; SILVA, E. R. Interrupção voluntária da carreira em prol da maternidade. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 5, p. 116-139, 2017.

CUNHA, M. S.; VASCONCELOS M. R. Fecundidade e participação no mercado de trabalho brasileiro. **Nova Economia**, v. 26, n. 1, p. 179-206, 2016.

EVANGELISTA, C. B.; BAIBIERI, M.; SILVA, P. L. N. Gravidez não planejada e fatores associados à participação em programa de planejamento familiar. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 7, n. 2, p. 2464-2474, 2015.

FERREIRA, B. G. R. S. et al. Desafios da maternidade no âmbito acadêmico, paraíba, brasil. In: Conbracis, 3ª ed., Campina Grande. **Anais eletrônicos III congresso brasileiro de Ciências da Saúde**: Realize, v.1, 2018.

FIGUEIREDO, R. Prevenção das dst/aids em adolescentes e jovens. 2007.

FIGUEIREDO, R.; NETO, J.A. uso de contracepção de emergência e camisinha entre adolescentes e jovens. **Revista da SOGIA-BR**, v. 2, n. 2, p. 4-6, 2005.

FIORIN, P. C.; PATIAS, N. D.; DIAS, A. C. G. Reflexões sobre a mulher contemporânea e a educação dos filhos. **Revista Sociais e Humanas**, v. 24, n. 2, p. 121-132, 2011.

JÚNIOR, J. S. P. F. et al. Perfil e práticas sexuais de universitários da área de saúde. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 11, n. 1, p.58-65, 2007.

LEONE, E. T.; TEIXEIRA, M. O. As mulheres no mercado de trabalho e na organização Sindical. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 09, 2010, Caxambu.

LIMA, S. B. **Pedagogia social: desafios de mães estudantes no ensino superior da Universidade Federal da Paraíba**. 2017. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso em licenciatura em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

MOTA, D. S. et al. Pesquisa-ação com grupo de mulheres sobre planejamento familiar: percepção das participantes. **Sanare - revista de políticas públicas**, v. 14, n. 2, p. 79-83, 2015.

OLIVEIRA, M. J. P.; LANZA, L. B. Educação em saúde: doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, v. 20, n. 3, p. 138-141, 2018.

PETRUCELLI, J. L. O Mapa da Cor o Ensino Superior: Programa Políticas na Cor na Educação Brasileira. **Série Ensaio & Pesquisa**, v. 1, p. 28, 2004.

PIROTTA, K. C. M.; SCHOR, N. Intenções reprodutivas e práticas de regulação da fecundidade entre universitários. **Saúde Pública**, v. 38, n. 4, p. 495-502, 2004.

PIROTTA, M.; CIBELLE, K. Não há guarda-chuva contra o amor: estudo do comportamento reprodutivo e de seu universo simbólico entre jovens universitários, 2002. **Saúde coletiva**, v. 5, n.26, p. 232-237, 2008.

REIS, M.; MATOS, M. G. Contracepção – conhecimentos e atitudes em jovens universitários. **Psicologia, saúde & doenças**, v. 8, n. 2, p. 209-220, 2007.

RIBEIRO, K. C.; SILVA, J.; SALDANHA, A. A. W. Querer é Poder? A Ausência do Uso de Preservativo nos Relatos de Mulheres Jovens. **DST - J bras. Doenças Sex. Transm.** v. 23, n. 2, p. 84-89, 2011.

RICOLDI, A.; ARTES, A. Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. **Ex aequo**, n. 33, p. 149-161, 2016.

SANCHES, M. A.; SILVA, D. P. S. Planejamento familiar: do que estamos falando?. **Rer. Bioét**, v. 24, n. 1, p. 73-82, 2016.

SANTOS, J. C.; FREITAS, P. M. Planejamento familiar na perspectiva do desenvolvimento. **Ciência e saúde Coletiva**, v. 16, n. 3, p. 1813-1820, 2011.

SCHMITT, G. M. et al. Consequências da gravidez na adolescência: uma sociedade conservadora. **CIPEX – Ciência para a redução das desigualdades**, v. 2, 2018.

SILVA, V. F.; ABREU, S. E. A. Educação de jovens e adultos e o acesso ao ensino superior. **Revista Educação, Ciência e Inovação**, v. 3, n. 2, 2018.

SOUSA, A. M. S. et al. Maternidade e educação – desafios e possibilidades de acesso e permanência na UFPI campus ministro Reis Velloso. 2017.

SOUSA, F. G.; BONA, J. C.; GALATO, D. Comportamento de Jovens de Uma Universidade do Sul do Brasil Frente à Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Gravidez. **DST – J Bras. Doenças Sex. Transm.**, v. 19, n.1, p. 22-29, 2007.

SPOSITO, M. P.; SOUZA, R.; SILVA, F. A. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educ. Pesqui.**, v.44, 2018.

VIEIRA, A. C. **Vivências da maternidade durante a graduação**: uma revisão sistemática. 2018. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade federal do Pará, Altamira, 2018.

VIEIRA, A. D. Determinantes e Significados do Ingresso dos Jovens no Ensino Superior. **Ciência Tecnologia e Ensino Superior**,

VILLELA, W. V.; DORETO, D. T. Sobre a experiência sexual dos jovens. **Cad. Saúde Pública**, v. 22, n. 11, p. 2467-2472, 2006.